



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING IMPRESSO

04/12/2013



INDICE

1. JORNAL A TARDE	
1.1. COMEÇAR DE NOVO.....	1 - 2
1.2. SEMANA DA CONCILIAÇÃO.....	3
2. JORNAL ATOS E FATOS	
2.1. PUBLICIDADE LEGAL.....	4
3. JORNAL CORREIO DE NOTICIAS	
3.1. COMEÇAR DE NOVO.....	5
3.2. PARCERIAS.....	6 - 7
3.3. TJ-MA 200 ANOS.....	8
3.4. UNIDADE DE MONITORAMENTO CARCERÁRIO.....	9
4. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
4.1. DESEMBARGADORES.....	10 - 11
4.2. JUÍZES.....	12
5. JORNAL O QUARTO PODER	
5.1. PARCERIAS.....	13
6. JORNAL PEQUENO	
6.1. DECISÕES.....	14
6.2. JUÍZES.....	15
6.3. PARCERIAS.....	16
6.4. PUBLICIDADE LEGAL.....	17
6.5. TJ-MA 200 ANOS.....	18

SENAI, TJ-MA, DPE E SEJAP PRORROGAM PARCERIA PARA TREINAR APENADOS



⇒ Marco Antonio Moura, assina termo aditivo observado por Edilson Baldez das Neves (esq), e pelo desembargador Froes Sobrinho (dir). **Pág. 3**

Senai, TJ-MA, DPE e Sejap prorrogam parceria para treinar apenados



Marco Antonio Moura, assina termo aditivo observado por Edilson Baldez das Neves (esq), e pelo desembargador Froes Sobrinho (dir).

O Sistema Fiema, por meio do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), o poder judiciário e o governo estadual firmaram um termo aditivo ontem para garantir a continuidade de uma parceria para oferecer cursos de formação profissional aos apenados que cumprem pena em regime semi-aberto e aberto.

O acordo é uma prorrogação dos serviços de formação profissional para o Programa Começar de Novo, é uma iniciativa do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA), que conta com a parceria do Senai, da Defensoria Pública Estadual (DPE) e da

Secretaria de Estado de Justiça e Administração Prisional (Sejap).

“O Senai firmou esta parceria com o poder público para participar deste programa há três anos e estamos assinando o segundo aditivo, o que mostra que a parceria tem dado resultados que justificam a sua prorrogação. Além disso, com parcerias como esta o Senai cumpre o seu papel social que é preparar o maranhense para participar do crescimento da economia do estado”, afirmou o presidente da Fiema. Edilson Baldez das Neves.

Segundo o desembargador

José de Ribamar José Ribamar Froes Sobrinho, coordenador geral da Unidade de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário (UMF), a capacitação de presos e egressos do sistema penitenciário reduziu o percentual de reincidência.

“O Programa Começar de Novo tem mostrado resultados muito bons. Antes desta iniciativa o índice de reincidência era de 70%. Agora, apenas 20% dos egressos voltam a cometer crimes, o que é um índice que está dentro dos parâmetros aceitos pela Organização dos Estados Americanos (OEA)”, comemorou o magistrado.

Ao todo serão oferecidos 472 vagas em 10 cursos profissionalizantes nas áreas de construção civil, gestão, logística e mecânica. Segundo o diretor regional do Senai e superintendente do Instituto Euvaldo Lodi (IEL), Marco Antonio Moura da Silva, os cursos serão oferecidos de acordo com a demanda que for encaminhada pelos três órgãos públicos.

“As entidades, dentro do número de vagas disponibilizadas para cada uma

destes órgãos, indicarão os apenados e o período que o curso deverá ser feito e o Senai vai organizar as turmas”, disse Moura.

ASSINATURA

A assinatura do termo aditivo aconteceu durante a 11ª reunião de trabalho da UMF, no auditório do Centro administrativo do TJ-MA: Palácio Manuel Bequimão, antiga sede da Assembleia Legislativa do Maranhão, localizado na Rua do Egito.

Além do presidente da Fiema, do diretor regional do Senai e do coordenador geral do UMF, assinaram o termo aditivo o defensor geral do estado, Aldir Melo Filho, e o secretário de estado de Justiça e Administração Penitenciária, Sebastião Uchôa.

O ato foi testemunhado ainda pela secretária de estado de Direitos Humanos, Luiza Fátima Amorim, e o secretário adjunto de Segurança Pública, Laércio Gomes Costa, juizes e representantes de diversas entidades de defesa dos direitos humanos e que atuam no sistema penitenciário maranhense.

Instituições bancárias e de ensino firmam acordo na Semana de Conciliação no Fórum de São Luís

A maioria dos processos da pauta da Semana Nacional da Conciliação nas varas Cíveis de São Luís envolve instituições bancárias e de ensino superior. Na 16ª Vara Cível, localizada no Fórum Des. Sarney Costa, todas as audiências agendadas para o segundo dia de atividades do evento, terça-feira (03), foram relativas a uma universidade particular da capital, com 100% de acordo.

“Até agora nas audiências em que as partes compareceram tivemos 100% de conciliações”, disse o juiz titular da unidade, Ailton Castro Aires. Os processos da pauta da

Semana da Conciliação naquela unidade judiciária foram propostos pela universidade contra alunos inadimplentes.

Na 10ª Vara Cível, uma das audiências do mutirão resultou em acordo entre uma instituição bancária e uma cliente que ingressou na justiça pedindo indenização por danos morais. Conforme o acordo homologado pela juíza Sônia Maria Amaral Fernandes Ribeiro, o banco pagará, dentro de 15 dias, o valor de R\$ 2 mil à requerente. A conciliação solucionou o litígio, extinguindo o processo com resolução de mérito.

Na 12ª Vara Cível, ou-

tro banco que havia ingressado com ação para execução de um título bancário propôs reduzir o débito de R\$ 29 mil para R\$ 18 mil. O cliente aceitou a proposta, sendo o acordo homologado pelo juiz Sebastião Joaquim Lima Bonfim.

Para esta quarta-feira (04) estão agendadas para as varas Cíveis e da Família da capital 210 audiências de conciliação, além de outras 24 no Centro de Conciliação de Conflitos, que funciona no Fórum de São Luís.

A Semana Nacional da Conciliação ocorre até esta sexta-feira (06) nas varas e juizados da capital e do

interior do Estado, com 15.315 audiências agendadas para o período. A oitava edição da semana, promovida pelo Conselho Nacional de Justiça, visa reduzir o volume de processos nos tribunais brasileiros.

Conforme relatório do Tribunal de Justiça do Maranhão, no primeiro dia da Semana da Conciliação, segunda-feira (02), em todo o Estado houve 1.265 audiências no 1º grau, como 308 acordos, que somaram R\$ 490.831,66 em valores homologados. Ocorreram também 81 audiências de conciliação criminais. Foram atendidas 2.469 pessoas.


PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DO MARANHÃO
TERMO JUDICIÁRIO DA COMARCA DA ILHA DE DE SÃO LUIS
JUÍZO DA 2ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA

EDITAL DE DESAPROPRIAÇÃO

A JUÍZA CLEONICE CONCEIÇÃO DO NASCIMENTO TITULAR DA 8ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL E MUNICIPAL DA COMARCA DE SÃO LUIS, RESPONDENDO PELA 2ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA, NA FORMA DA LEI.

AÇÃO DE DESAPROPRIAÇÃO – PROC. N.º 40878/2013
EXPROPRIANTE: ESTADO DO MARANHÃO
EXPROPRIADO: CONSTRUTORA ALCANTARA LTDA

FINALIDADE: Tornar publica a desapropriação do imóvel localizado à Rua Projetada, s/n, Vila Colibri, Recanto dos Vinhais, nesta cidade, por ser declarado de utilidade pública, por meio do Decreto nº 27.416/2011, devidamente publicado em 25 de maio de 2011, para fins de expansão da malha viária estadual, acrescida pela rodovia MA 207 EMA 0010(via Expressa)

ADVERTÊNCIA: O presente edital será publicado no Diário Oficial da Justiça e fixado na sede deste Juízo e publicado em jornal de grande circulação por 10(dez) dias.

SEDE DO JUÍZO: Fórum Des. Sarney Costa, situado na Avenida Professor Carlos Cunha, s/nº - Calhau, fone: 3194-5423

Dado e passado o presente edital, nesta cidade de São Luis, Capital do Estado do Maranhão, aos 19 (dezenove) dias do mês de novembro do ano dois mil e treze (2013). Eu, Staura (Belª Isabel Cristina Ribeiro de Oliveira Fialho) Secretária Judicial, o digitei e subscrevi:


Cleonice Conceição do Nascimento
Juíza Titular da 8ª Vara da Fazenda Pública, respondendo pela 2ª Vara da Fazenda Pública

CAPACITAÇÃO DE APENADOS

Senai, TJ-MA, DPE e Sejap prorrogam parceria

O Sistema Fiema, por meio do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), o poder judiciário e o governo estadual firmaram um termo aditivo ontem para garantir a continuidade de uma parceria para oferecer cursos de formação profissional aos apenados que cumprem pena em regime semi-aberto e aberto.

O acordo é uma prorrogação dos serviços de formação profissional para o Programa Começar de Novo, é uma iniciativa do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA), que conta com a parceria do Senai, da Defensoria Pública Estadual (DPE) e da Secretaria de Estado de Justiça e Administração Prisional (Sejap).

"O Senai firmou esta parceria com o poder público para participar deste programa há três anos e estamos assinando o segundo aditivo, o que mos-

tra que a parceria tem dado resultados que justificam a sua prorrogação. Além disso, com parcerias como esta o Senai cumpre o seu papel social que é preparar o maranhense para participar do crescimento da economia do estado", afirmou o presidente da Fiema. Edilson Baldez das Neves.

Segundo o desembargador José de Ribamar José Ribamar Froés Sobrinho, coordenador geral da Unidade de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário (UMF), a capacitação de presos e egressos do sistema penitenciário reduziu o percentual de reincidência.

"O Programa Começar de Novo tem mostrado resultados muito bons. Antes desta iniciativa o índice de reincidência era de 70%. Agora, apenas 20% dos egressos voltam a cometer crimes, o que é um ín-

dice que está dentro dos parâmetros aceitos pela Organização dos Estados Americanos (OEA)", comemorou o magistrado.

Ao todo serão oferecidos 472 vagas em 10 cursos profissionalizantes nas áreas de construção civil, gestão, logística e mecânica. Segundo o diretor regional do Senai e superintendente do Instituto Euvaldo Lodi (IEL), Marco Antonio Moura da Silva, os cursos serão oferecidos de acordo com a demanda que for encaminhada pelos três órgãos públicos.

"As entidades, dentro do número de vagas disponibilizadas para cada uma destes órgãos, indicarão os apenados e o período que o curso deverá ser feito e o Senai vai organizar as turmas", disse Moura.

ASSINATURA - A assinatura do termo aditivo aconte-

ceu durante a 11ª reunião de trabalho da UMF, no auditório do Centro administrativo do TJ-MA: Palácio Manuel Bequimão, antiga sede da Assembleia Legislativa do Maranhão, localizado na Rua do Egito.

Além do presidente da Fiema, do diretor regional do Senai e do coordenador geral do UMF, assinaram o termo aditivo o defensor geral do estado, Aldir Melo Filho, e o secretário de estado de Justiça e Administração Penitenciária, Sebastião Uchôa.

O ato foi testemunhado ainda pela secretária de estado de Direitos Humanos, Luíza Fátima Amorim, e o secretário adjunto de Segurança Pública, Laércio Gomes Costa, juízes e representantes de diversas entidades de defesa dos direitos humanos e que atuam no sistema penitenciário maranhense.

CAPACITAÇÃO DE APENADOS

Senai, TJ-MA, DPE e Sejap prorrogam parceria

O Sistema Fiema, por meio do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), o poder judiciário e o governo estadual firmaram um termo aditivo ontem para garantir a continuidade de uma parceria para oferecer cursos de formação profissional aos apenados que cumprem pena em regime semi-aberto e aberto.

O acordo é uma prorrogação dos serviços de formação profissional para o Programa Começar de Novo, é uma iniciativa do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA), que conta com a parceria do Senai, da Defensoria Pública Estadual (DPE) e da Secretaria de Estado de Justiça e Administração Prisional (Sejap).

"O Senai firmou esta parceria com o poder público para participar deste programa há três anos e estamos assinando o segundo aditivo, o que mos-

tra que a parceria tem dado resultados que justificam a sua prorrogação. Além disso, com parcerias como esta o Senai cumpre o seu papel social que é preparar o maranhense para participar do crescimento da economia do estado", afirmou o presidente da Fiema. Edilson Baldez das Neves.

Segundo o desembargador José de Ribamar José Ribamar Froés Sobrinho, coordenador geral da Unidade de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário (UMF), a capacitação de presos e egressos do sistema penitenciário reduziu o percentual de reincidência.

"O Programa Começar de Novo tem mostrado resultados muito bons. Antes desta iniciativa o índice de reincidência era de 70%. Agora, apenas 20% dos egressos voltam a cometer crimes, o que é um ín-

dice que está dentro dos parâmetros aceitos pela Organização dos Estados Americanos (OEA)", comemorou o magistrado.

Ao todo serão oferecidos 472 vagas em 10 cursos profissionalizantes nas áreas de construção civil, gestão, logística e mecânica. Segundo o diretor regional do Senai e superintendente do Instituto Euvaldo Lodi (IEL), Marco Antonio Moura da Silva, os cursos serão oferecidos de acordo com a demanda que for encaminhada pelos três órgãos públicos.

"As entidades, dentro do número de vagas disponibilizadas para cada uma destes órgãos, indicarão os apenados e o período que o curso deverá ser feito e o Senai vai organizar as turmas", disse Moura.

ASSINATURA - A assinatura do termo aditivo aconte-

ceu durante a 11ª reunião de trabalho da UMF, no auditório do Centro administrativo do TJ-MA: Palácio Manuel Bequimão, antiga sede da Assembleia Legislativa do Maranhão, localizado na Rua do Egito.

Além do presidente da Fiema, do diretor regional do Senai e do coordenador geral do UMF, assinaram o termo aditivo o defensor geral do estado, Aldir Melo Filho, e o secretário de estado de Justiça e Administração Penitenciária, Sebastião Uchôa.

O ato foi testemunhado ainda pela secretária de estado de Direitos Humanos, Luíza Fátima Amorim, e o secretário adjunto de Segurança Pública, Laércio Gomes Costa, juízes e representantes de diversas entidades de defesa dos direitos humanos e que atuam no sistema penitenciário maranhense.

VI STORIA

Deputados visitam obras do Complexo da AL

Uma comissão de deputados realizou, na manhã de ontem visita às obras do Complexo de Comunicação da Assembleia Legislativa do Maranhão, que comportará toda a estrutura de televisão, rádio e agência de notícias da Casa. A inauguração está prevista para este mês de dezembro.

Na ocasião, o presidente da Assembleia Legislativa, deputado Arnaldo Melo (PMDB), acompanhado do engenheiro responsável pela obra, explicou aos parlamentares a funcionalidade e estrutura do Complexo. A comissão - composta pelos deputados Neto evangelista (PSDB), Rubens Pereira Júnior (PCdoB), Carlinhos Florêncio (PHS), Dr. Pádua (PRB), Hélio Soares (PMDB), Antônio Pereira (DEM), Rogério Cafeteira (PSC), Roberto Costa (PMDB), Rigo Telles (PV), Othelino Neto (PCdoB), Stênio Rezende (PRTB) e Alexandre Almeida (PTN) - elogiou cada

setor do sistema de comunicação.

De acordo com Arnaldo Melo (PMDB), a ideia da visita dos deputados, engenheiros e técnicos, foi para acompanhar a evolução dos trabalhos. "Já estamos na fase de conclusão do prédio, onde funcionará a televisão e rádio da Assembleia", explicou o deputado.

Durante a visita, o presidente Arnaldo Melo avaliou que encontraram um trabalho avançado e com boa qualidade. "Acreditamos que concluiremos ainda nesse mês de dezembro", declarou.

O deputado Neto Evangelista disse que, como parlamentar, ficou feliz por comprovar que as obras do prédio do Complexo de Comunicação da Assembleia têm avançado bastante. "Vamos poder levar em imagem HD e canal aberto, para toda a população do Maranhão, o trabalho dos parlamentares, pois é de funda-



Deputado Arnaldo Melo visita as obras

mental importância que a população tenha o conhecimento real do que é o papel do parlamentar, como esse papel pode ser desenvolvido. A população, sabendo do que se trata, poderá também cobrar com mais qualidade o nosso trabalho", ressaltou.

A estrutura criada em parceria com o Senado irá levar à casa do cidadão maranhense o trabalho

dos deputados e dos órgãos que atuam em favor da coletividade. Arnaldo Melo reiterou que as portas do Sistema de Comunicação da Assembleia estarão abertas para o Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, Ministério Público, Federação dos Municípios (Famem) e Câmaras de Vereadores, entre outros, que contarão com espaço democrático de comunicação e sem custo.

TJMA homenageia presidente da OAB



Mário Macieira, recebeu a "Medalha 200 Anos"

O presidente da seccional maranhense da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Mário Macieira, recebeu do presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Antonio Guerreiro Júnior, a "Medalha 200 Anos", comemorativa da passagem do bicentário do TJMA, ocorrido em 4 de novembro deste ano.

A entrega da comenda ocorreu durante visita de cortesia do dirigente da OAB ao Tribunal de Justiça na terça-feira (3), na presença do decano da Corte, desembargador Bayma Araújo - que idealizou a medalha -, e do diretor-tesoureiro da Ordem, Marco Lara. Segundo Guerreiro Júnior, o Poder Judiciário não pode funcionar sem a atuação da Ordem dos Advogados, instituição com a qual mantém um saudável diálogo institucional.

"Sempre procuro manter um bom relacionamento com todos os segmentos da sociedade e

principalmente com a OAB, instituição fundamental à Justiça", declarou o presidente do TJMA.

Mário Macieira informou não ter comparecido à sessão solene dos 200 anos do Tribunal por motivo de saúde. "É uma honraria que recebo e agradeço, em nome da advocacia maranhense. Essa medalha representa 200 anos de história do mais importante tribunal do nosso Estado", afirmou.

Macieira disse, ainda, estar grato pela colaboração institucional mantida entre o Poder Judiciário e a OAB ao longo da gestão Guerreiro Júnior (2011-2013), que se encerra no dia 20 deste mês.

"O Tribunal sempre esteve de portas abertas e manteve diálogo franco e aberto com a advocacia. Faço questão de agradecer e reconhecer esse bom relacionamento, que pretendo cultivar e manter nas próximas gestões", frisou o advogado.

PREMIAÇÃO

Sedihc recebe homenagem por Monitoramento Carcerário



Secretária Luiza Oliveira recebe homenagem pelo trabalho da Sedihc

A Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Assistência Social e Cidadania (Sedihc) recebeu, na última segunda-feira (2), uma homenagem pela parceria com a Unidade de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário na implementação de ações de reinserção aos apenados e egressos do estado do Maranhão. A placa de agradecimento foi entregue à secretária Luiza Oliveira pelo desembargador José de Ribamar Froz Sobrinho, coordenador geral da unidade de monitoramento.

A secretária Luiza Oliveira falou das pessoas que trabalham em prol do sistema carcerário e reafirmou a parceria da Sedihc com a unidade. "Todas as pessoas que trabalham no sistema e, pelo sistema carcerário, são verdadeiros missionários e merecem nosso respeito e apoio. Aproveito

para reafirmar que estaremos à disposição da unidade continuamente", afirmou Luiza Oliveira.

A secretária dedicou a homenagem à equipe da área de Direitos Humanos e Cidadania, em especial à gerente do Viva Cidadão, Graça Jacintho pelos mutirões estratégicos para emissão de documentação dos apenados.

O desembargador José de Ribamar Froz Sobrinho, coordenador-geral da unidade de monitoramento, destacou a importância das parcerias para a realização dos trabalhos. "Este é uma homenagem singela para aqueles que vêm contribuindo significativamente para a consolidação da política pública de aperfeiçoamento do sistema carcerário. Só temos a agradecer a cada um e aproveitar esse momento para reforçar nossas parcerias para 2014", informou o desembargador.

- **O Tribunal** de Justiça poderá escolher hoje o desembargador que ocupará cadeira no Tribunal Regional Eleitoral (TRE).

Disputa na Corte

Na sua sessão de hoje, o Tribunal de Justiça vai realizar duas escolhas.

A primeira é a do desembargador que substituirá o atual presidente da Corte eleitoral, José Bernardo Rodrigues. O eleito deve ser o presidente Guerreiro Júnior.

E o juiz que substituirá a Luiz Belchior. Será disputa dura entre as juízas Alice Rocha e Francisca Galiza.

Homenagem I

O juiz Márlon Reis, titular da 2ª Vara da Comarca de João Lisboa (MA), foi agraciado ontem com a Comenda de Direitos Humanos Dom Hélder Câmara, no Senado.

Márlon Reis ficou conhecido nacionalmente como um dos fundadores do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCE) e um dos redatores da Lei Complementar 135, conhecida como Lei da Ficha Limpa.

A presidente eleita do Tribunal de Justiça, desembargadora Cleonice Freire, participou do ato.

Homenagem II

Outro maranhense agraciado com a Comenda dos Direitos Humanos Dom Hélder Câmara foi o ex-governador Jackson Lago.

A medalha foi entregue à ex-primeira-dama Clay Lago, que hoje preside o Instituto Jackson Lago, que atua para preservar a memória do médico e político.

Clay Lago foi acompanhada da neta de Jackson Lago, Lara Noronha.

Carutapera

Promotoria realiza campanha de prevenção e combate às drogas

Para atender às deliberações da audiência pública realizada, em Carutapera (a 560 km de São Luís), em outubro deste ano, pelo Ministério Público do Maranhão (MPMA), foi promovida, entre os dias 25 e 29 de novembro, a campanha "Carutapera diz não às drogas".

O evento, idealizado e coordenado pela Promotoria de Justiça da Comarca, teve como parceiros o Poder Judiciário, prefeitura do município, Polícias Militar e Civil, igrejas católicas e evangélicas, além de comerciantes.

A campanha consistiu, em grande parte, de palestras informativas proferidas pela promotora de justiça da Comarca, Laura Amélia Barbosa, representantes do Po-

der Judiciário local e demais segmentos nas escolas municipais e em seus dois povoados mais populosos.

Nas palestras, a promotora abordou o enfrentamento às drogas, enfatizando o tripé prevenção, recuperação e repressão.

Laura Amélia esclareceu, ainda, que em Carutapera está sendo oferecido tratamento aos usuários, como resultado de Recomendação emitida pelo MPMA, solicitando a assinatura de parcerias com entidades de recuperação de dependentes de substâncias entorpecentes e a atuação mais efetiva das secretarias municipais de Saúde e Assistência Social no tratamento.

EDITORIAL

Injustiça e covardia

Reunião da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa coloca em pauta uma novidade velha da Ilha de São Luís: o conflito de terras. Um ex-deputado cujo nome por enquanto, misteriosamente, ninguém ousa pronunciar publicamente seria o proprietário de uma gleba no lugar Engenho, nas proximidades do povoado Jeniparama.

O filme ainda é o mesmo, só mudam os personagens. O povo reside no lugar há décadas, a Justiça decide contra o povo, a polícia é utilizada como guarda pretoriana de particulares e, conforme informações dos moradores, age com truculência. Jagunços estão a postos e a destruição em Engenho já começou.

Nunca o Maranhão explicará – como não explicou nas décadas de 70 e 80 – de onde surgem esses títulos de propriedades sobre áreas em que pessoas nasceram, se criaram, tiveram filhos e netos. Mas esta é uma situação recorrente da grilagem e da especulação imobiliária no Maranhão e em São Luís. Aqui as pessoas

se apropriam de terras devolutas do Estado, terrenos de marinha, povoados inteiros e os títulos cartoriais surgem do nada e se transformam em documentos avalizados pela Justiça. O povo tem que sair correndo de suas casas, de suas roças, com o destino na cabeça para residir debaixo das pontes, na via pública, em casas de parentes sob ameaça de pistolas e fuzis.

Cansa acompanhar jornalisticamente essa diáspora 30, 40 anos seguidos. Cansa tentar entender porque diabos grileiros e especuladores nunca perdem na Justiça. Não há notícias de decisões judiciais prolatadas em favor desses povoados no Maranhão mesmo que os moradores estejam lá desde os tempos da escravidão. São situações que se repetem no tempo como num filme velho em que todos os atores morreram e foram substituídos por um novo elenco. É o mesmo enredo, o mesmo script, a velha história do êxodo rural contribuindo para a violência, a prostituição, o trabalho escravo, o tráfico e todas as formas de mar-

ginalidade de que se tem conhecimento.

O direito de propriedade assoma acima de todos os direitos coletivos, mesmo quando a propriedade é falsa, foi construída pela via da fraude cartorial ou até de documentos envelhecidos com fumaça de querosene. Não é mais tempo de se assistir ao confisco judicial de terras tomadas na ponta rifle. A Justiça não pode continuar decidindo contra muitos em favor de um só que, em geral, só quer vender terras para termelétricas e construtoras. Se o progresso tem um preço, esse preço não pode ser a desgraça da população. E que cidade é essa, que capital é essa em que ainda se admite o uso de jagunços no cumprimento de despejos. O que fez esse povo para viver, em pleno século 21, com armas apontadas contra a cabeça.

As notícias lidas até agora não trazem o nome do ex-deputado que surge como “proprietário” nesse conflito, protegido que está sabe-se lá porque mandamento bíblico. Mas isso tem nome: é injustiça e covardia.

Juiz Márlon Reis recebe homenagem

O juiz Márlon Reis, titular da 2ª Vara da comarca de João Lisboa (MA), foi agraciado, ontem (3), com a Comenda de Direitos Humanos Dom Hélder Câmara, em sessão especial, no Plenário do Senado Federal, em Brasília, com a presença da presidente do Tribunal de Justiça eleita para o biênio 2014/2015, desembargadora Cleonice Freire.

“Pelo seu trabalho incansável por eleições mais justas e democráticas, o magistrado é merecedor da honraria, que é concedida anualmente a cinco pessoas que tenham oferecido contribuição relevante à defesa dos direitos humanos no Brasil”, assinalou Cleonice Freire.

Márlon Reis – que é membro do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCE) – foi um dos idealizadores e redatores da Lei Complementar 135, iniciativa popular conhecida como Lei da Ficha Limpa.

A indicação do seu nome para receber a honraria foi feita pelo senador gaúcho Pedro Simon (PMDB), que considera a história de vida do magistrado um exemplo de luta.

A comenda foi instituída por projeto de lei do Senado, de autoria do ex-senador José Nery, e é uma homenagem ao ex-arcebispo de Olinda e Recife, Dom Hélder Câmara (1909-1999), notório por sua atuação na defesa dos mais pobres e dos perseguidos políticos durante a ditadura militar no Brasil. A condecoração está em sua quarta edição.

CARUTAPERA

MP realiza campanha de combate às drogas

Para atender às deliberações da audiência pública realizada, em Carutapera (a 560 quilômetros de São Luís), em outubro deste ano, pelo Ministério Público do Maranhão (MPMA), foi promovida, entre os dias 25 e 29 de novembro, a campanha “Carutapera diz não às drogas”.

O evento, idealizado e coordenado pela Promotoria de Justiça da Comarca, teve como parceiros o Poder Judiciário, prefeitura do município, Polícias Militar e Civil, igrejas católicas e evangélicas, além de comerciantes.

A campanha consistiu, em grande parte, de palestras informativas proferidas pela promotora de Justiça da Comarca, Laura Amélia Barbosa, representantes do Poder Judiciário local e demais segmentos nas escolas municipais e em seus dois povoados mais populosos.

Nas palestras, a promotora abordou o enfrentamento às drogas, enfatizando o tripé prevenção, recuperação e repressão.

Laura Amélia esclareceu, ainda, que em Carutapera está sendo oferecido tratamento aos

usuários, como resultado de Recomendação emitida pelo MPMA, solicitando a assinatura de parcerias com entidades de recuperação de dependentes de substâncias entorpecentes e a atuação mais efetiva das secretarias municipais de Saúde e Assistência Social no tratamento.

A representante do MPMA também incentivou a população a fazer denúncias anônimas ao número do disque-denúncia da Secretaria de Segurança Pública. “Encaminhamos a ata da audiência pública à Secretaria de Segurança Pública, cobrando providências e, de lá para cá, mais prisões têm sido feitas, e o número de apreensões de drogas aumentou”, relata.

Tratamento – Em todas as palestras e entrevistas nas rádios locais, a promotora de Justiça Laura Amélia Barbosa conscientizou a população do município sobre a necessidade de persistir na recuperação dos dependentes, além de denunciar os traficantes e investir em medidas de prevenção, evitando que mais pessoas se tornem dependentes químicos.

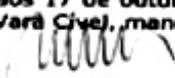


**ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE SÃO LUIS
2ª VARA CÍVEL**

**EDITAL DE CITAÇÃO
PRAZO DE 30 (trinta) DIAS**

**O DOUTOR LUIZ DE FRANÇA
BELCHIOR SILVA, JUIZ DE DIREITO
DA SEGUNDA VARA CÍVEL DE SÃO
LUIZ - MARANHÃO, POR
DESIGNAÇÃO LEGAL, ETC.**

F A Z S A B E R que, pelo presente edital, com prazo de 30 (trinta) dias, fica **CITADO CARLOS HENRIQUE FERNANDES RIBEIRO**, tendo como ultimo domicilio a Rua São João, nº 301 - Centro, nesta cidade, que se acha em lugar incerto e desconhecido, para tomar ciência da Ação de Execucao P/ Titulo Extrajudicial em tramitação nesta Secretaria da 2ª Vara Cível, Processo nº 28421-37.2006.8.10.0001, que lhe move E S COSTA . Assim, por meio deste, poderá responder em 15 (quinze) dias a presente ação, sob as cominações legais, ficando advertido de que, caso não seja apresentada defesa, se presumirão aceitos como verdadeiros os fatos alegados pelo autor, nos termos do art. 285, segunda parte, do CPC. Ficando o réu identificado de que a inicial e os documentos que a instruem se encontram na Secretaria, à sua disposição, no Fórum "Desembargador Sarney Costa", na Av. Prof. Carlos Cunha, s/n, Calhau. E, em cumprimento da lei e para que não alegue ignorância, mandei expedir este edital, para ser publicado na forma determinada. Dado e passado o presente edital, nesta cidade de São Luis, aos 17 de outubro de 2013. Eu, Rute Ferreira Macêdo, Secretária Judicial da 2ª Vara Cível, mandei digitar e conferi.


Luiz de França Belchior Silva
Juiz Titular da 2ª Vara Cível da Capital

TJ-MA homenageia presidente da OAB-MA com Medalha dos 200 Anos

O presidente da seccional maranhense da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Mário Macieira, recebeu do presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Antonio Guerreiro Júnior, a “Medalha 200 Anos”, comemorativa da passagem do bicentenário do TJ-MA, ocorrido em 4 de novembro deste ano.

A entrega da comenda ocorreu durante visita de cortesia do dirigente da OAB ao Tribunal de Justiça nesta terça-feira (3), na presença do decano da Corte, desembargador Bayma Araújo – que idealizou a medalha –, e do diretor-tesoureiro da Ordem, Marco Lara.

Segundo Guerreiro Júnior, o Poder Judiciário não pode funcionar sem a atuação da Ordem dos Advogados, instituição com a qual mantém um saudável diálogo institucional.

“Sempre procuro manter um bom relacionamento com todos os segmentos da sociedade e principalmente com a OAB, instituição fundamental à Justiça”, declarou o presidente do TJ-MA.

Mário Macieira informou não ter comparecido à sessão solene dos 200 anos do Tribunal por



GUERREIRO JÚNIOR entrega medalha a Mário Macieira

motivo de saúde. “É uma honraria que recebo e agradeço, em nome da advocacia maranhense. Essa medalha representa 200 anos de história do mais importante tribunal do nosso estado”, afirmou.

Macieira disse, ainda, estar grato pela colaboração institucional mantida entre o Poder Judiciário e a OAB ao longo da gestão

Guerreiro Júnior (2011-2013), que se encerra no dia 20 deste mês.

“O Tribunal sempre esteve de portas abertas e manteve diálogo franco e aberto com a advocacia. Faço questão de agradecer e reconhecer esse bom relacionamento, que pretendo cultivar e manter nas próximas gestões”, frisou o advogado.